

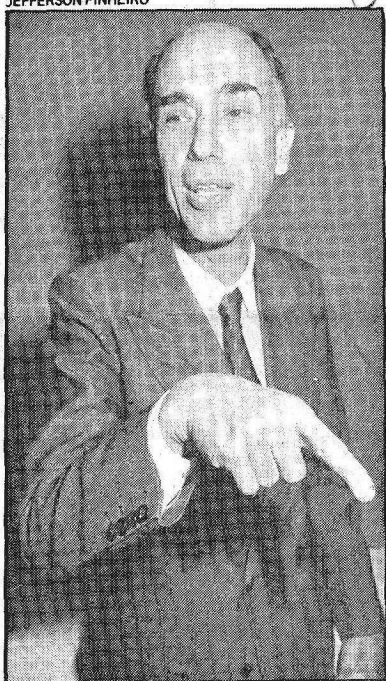
# Limitação de MPs fora da pauta

JEFFERSON PINHEIRO

O Governo continua levando vantagem sobre as oposições em relação à votação do projeto de lei complementar que regula o uso de medidas provisórias. Primeiro conseguiu que os partidos de oposição desistissem de requerer a urgência e, desde então, há 15 dias, as negociações não evoluíram. De acordo com o líder do Governo, senador Marco Maciel (PFL/PE), a votação da matéria ainda não sairá essa semana.

Maciel revelou que, apesar dos protestos da oposição, que considera a proposta inconstitucional, o bloco governista insiste em incorporar ao texto a emenda de autoria do senador José Richa (PSDB/PR), permitindo duas reedições das medidas provisórias quando as mesmas não forem apreciadas pelo Congresso no prazo constitucional de 30 dias, a partir da edição. A crítica principal do PMDB é a de que, se isso acontecer, ficará tudo como está, porque o bloco do Governo poderá sair do plenário e evitar a votação das medidas quando entender que essa será a melhor conduta política.

Segundo o líder governista, se fosse acatar o debate sobre inconstitucionalidade, precisaria começar com o projeto em si. Por isso, descarta a tese oposicionista e argumenta que o Governo não pode ficar impedido de usar a medida provisória nos termos em que essa possibilidade está inscrita na carta magna. Por causa da divergência, Maciel respondeu ontem com um solene "não sei" à pergunta se ainda acreditava em acordo.



**Maciel: votação demora**

O líder do PMDB, senador Humberto Lucena, está na Coreia do Norte, mas deve voltar ainda essa semana ao Brasil, quando retomará as articulações visando acelerar a votação do projeto das medidas provisórias. Há 15 dias viu-se obrigado a desistir do pedido de urgência quando o senador Marco Maciel pediu para conferir as assinaturas do requerimento, as oposições começaram a reconhecer que o Governo estava ganhando tempo e terreno para a negociação. É que a tramitação, voltando ao curso normal, remeteu o projeto à Comissão de Constituição e Justiça, onde permanece atualmente.